

MOBILIDADE OCUPACIONAL: EXPRESSÕES DESSE PROCESSO NA ENFERMAGEM

OCCUPATIONAL MOBILITY: EXPRESSIONS OF THIS PROCESS IN NURSING

Suely Sueko Viski Zanei*
Cilene Aparecida Costardi Ide**

ZANEI, S. S. V.; IDE, C. A. C. Mobilidade ocupacional: expressões desse processo na enfermagem. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 34, n. 1, p. 64-75, mar. 2000.

RESUMO

Neste estudo descritivo de natureza exploratória, apresentamos o contexto familiar, socioeconômico e cultural pregresso, com ênfase na trajetória escolar e profissional, de um grupo de enfermeiros, cuja característica comum é a formação prévia na área de Enfermagem. No estudo original, do qual foram extraídos parte dos dados aqui apresentados, a abordagem analítica utilizada foi quantitativa e qualitativa em razão do duplo enfoque no tratamento dos dados, por entendermos que estes eram complementares. No presente artigo, objetivamos caracterizar a população em questão, enfatizando-se os aspectos socioeconômicos e culturais que foram determinantes do habitus peculiar, culminando com a classificação socioeconômica anterior e posterior à graduação a fim de detectar o fenômeno da mobilidade social decorrente da mobilidade ocupacional. Concluímos que esta última aconteceu para pouco mais da metade da população estudada, muito mais em razão do duplo vínculo empregatício do que propriamente em razão da ascensão profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade social. Mobilidade ocupacional. Ocupações em saúde. Enfermagem.

ABSTRACT

This exploratory and descriptive study presents the family context socioeconomic and cultural advancements in addition to emphasizing the educational trajectory of a group of nurses whose the common characteristic is their previous formation in the Nursing area. Based in the original study which provided part of the data used for this study, the analytical approach was of either of quantitative and qualitative nature as a consequence of the duplicate focus used in these data treatment viewing their complementarity. The present study was intended to characterize the studied population emphasizing the socioeconomic and cultural aspects which were determinant to the peculiar habitus, and culminated with a socioeconomic classification carried out either previous and subsequently to graduation time in order to detect the social mobility phenomenon resulting from the occupational mobility. It was then concluded that the latter could be observed in more than half the studied population, mostly because of the double employment linkage than the professional advancement itself

KEYWORDS: Social mobility. Career mobility. Health occupations. Nursing.

INTRODUÇÃO

A mobilidade ocupacional na Enfermagem é um fenômeno que vem ocorrendo cada vez com maior intensidade na última década. Apesar da escassa literatura sobre o tema no nosso meio, alguns estudos vêm mostrando o surgimento de um novo perfil do alunado que frequenta os cursos de graduação de Enfermagem, principalmente nas instituições da rede privada de ensino superior ^{7,11,12,13,21}

Por ser um contingente significativo, haja visto que o número de vagas na área nas instituições de ensino particular é, consideravelmente, superior ao das instituições da rede pública, pressupõem-se que haja um vertiginoso aumento de profissionais advindos da rede privada e com peculiaridades próprias, que ingressam anualmente no mercado de trabalho. Dentre as peculiaridades deste grupo de alunos,

* Enfermeira. Departamento de Enfermagem da UNIFESP/EPM – Disciplina de Fundamentos de Enfermagem e Enfermagem Médico-cirúrgica. Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

** Prof Titular da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

chama a atenção o fato de já pertencerem à área, exercendo alguma função na estrutura ocupacional da Enfermagem, tal como atendentes (AT), auxiliares (AE) ou técnicos (TE).

Conhecedores do campo de atuação, do mercado de trabalho e mais ainda, das dificuldades específicas da profissão, principalmente no que diz respeito à remuneração, insistem em continuar e buscam a ascensão profissional via educação formal. Ressalta-se que neste percurso são muitas as dificuldades referidas, tais como necessidade de manutenção do emprego no cargo já ocupado, agravamento das dificuldades financeiras pela obrigatoriedade das mensalidades escolares, completa falta de tempo para atividades de lazer e descanso, falta de tempo para dedicação aos estudos, entre outras^{7,11}.

Vencidas as dificuldades e conseguido o diploma, ingressam no mercado de trabalho e inicia-se uma nova etapa na trajetória profissional. Nesta, alguns encontram dificuldades para exercerem o novo papel profissional, em todas as suas nuances, principalmente nos primeiros anos da carreira²².

Cabe esclarecer, neste momento, que o interesse sobre o tema surgiu em decorrência da experiência de ter vivenciado a busca da mobilidade ocupacional no final da década de 70 como técnica de enfermagem e mais tardiamente, da constatação de que grande parte dos elementos que percorrem este trajeto a partir da década de 80 até os dias atuais, vêm mostrando certas peculiaridades, percebidas por mim e por outros enfermeiros com formação convencional* na área. Especificamente, as dificuldades se relacionam à adesão aos padrões de comportamento profissional, envolvendo aspectos relativos ao conhecimento específico, capacidade de liderança e gerenciamento, bem como, capacidade de diagnóstico e intervenção de situações específicas na área da assistência ao paciente propriamente dita, na administração de recursos humanos e materiais e de interrelacionamento com os membros de sua equipe e de outras pertencentes a área hospitalar.

Considerando-se os aspectos apresentados, perguntava-me se as características do grupo em questão seriam manifestação de uma pré-concepção em relação ao grupo, ou de fato, elas existiriam e seriam justificáveis pelas suas condições objetivas de vida pregressa (condições familiares, socioeconômicas, educacionais e culturais). Por que diante de tantas dificuldades relacionadas à profissão e as enfrentadas enquanto alunos de graduação continuam na área? Sendo enfermeiros, as dificuldades apontadas realmente existiriam e eram por eles percebidas? Comparando-se a condição prévia com a atual, quais

as mudanças ocorridas em suas vidas? (Social, financeira, profissional e pessoal).

Algumas respostas para estes questionamentos tentamos responder no estudo original²², que deu origem a este trabalho. Neste artigo, apresentaremos parte dos resultados obtidos que foram analisados quantitativamente.

Especificamente, o trabalho apresentado à seguir tem como objetivo : **caracterizar o grupo de estudo quanto às condições objetivas de existência anterior e posterior à graduação. (Situação familiar, socioeconômica , educacional e profissional).**

PERCURSO METODOLÓGICO

Proposta teórico - metodológica

O estudo realizado, abrangeu dois momentos no que se refere a análise dos dados obtidos. O primeiro, analisou quantitativamente as condições socioeconômicas pregressas, bem como sua trajetória educacional e profissional. A contextualização dos sujeitos no seu meio, fundamentou – se nos seguintes conceitos:

- a mudança de profissão ou, nesse caso, de função visa ganhos como: "satisfação, conforto, segurança, aumento de salário, possibilidade de promoção e novos relacionamentos, podendo ser consideradas como fatores gerativos de mobilidade"^{10,14};

- essa mobilidade seria elemento e produto de "estruturas mentais através das quais os agentes apreendem o mundo social, sendo em essência, conseqüência da interiorização das estruturas do mundo social, presas à origem e dependência de classe"... Essas estruturas, funcionariam como esquemas de percepção, de concepção e de ação, cronologicamente ordenados. Assim "o habitus adquirido na família, estaria no princípio da estruturação da experiência escolar; o habitus transformado pela ação escolar estaria no princípio da estruturação das experiências ulteriores e assim por diante, ^{2,3,4}"

- nessa perspectiva teórica, o comportamento de escolha e de investimento profissional foi considerado como um "conjunto de estratégias que visam, consciente ou inconsciente, manter ou elevar a posição que o indivíduo ocupa na distribuição de bens materiais e simbólicos de uma dada formação social, dependente do montante e da composição do capital possuído bem como do seu habitus¹⁸".

* Neste trabalho denominamos de enfermeiro de formação convencional aquele que seguiu uma trajetória escolar de 1° ao 3° grau de forma regular, sem interrupções prolongadas (superiores a dois anos).

Nessa construção, foram considerados os dados relativos a história de vida pregressa, incluindo os antecedentes familiares, a trajetória educacional e profissional, ou seja, o capital cultural herdado e adquirido ao longo do tempo, que poderia justificar um padrão de comportamento peculiar, entendido neste trabalho como *habitus*. Além disso, foi necessário confirmar se as peculiaridades observadas empiricamente eram, de fato, uma premissa verdadeira, pois no momento em que iniciamos este estudo poucos eram os trabalhos disponíveis, não havendo, inclusive, dados oficiais a respeito*.

Os dados foram obtidos através de entrevista semi-estruturada, individualizada, realizada em um ambiente reservado no local de trabalho, previamente agendada e gravada com a autorização do participante.

O segundo momento - os motivos que levaram os sujeitos da pesquisa a buscarem a graduação, a abordagem analítica utilizada foi qualitativa, considerando-se a natureza do problema envolvido. Estes foram obtidos de forma complementar durante a entrevista, através de perguntas abertas dirigidas.

Em razão do montante de dados obtidos e sua forma de análise metodológica, optamos por divulgá-los separadamente. O estudo original foi apresentado como dissertação de mestrado.

Local e população

Este estudo foi realizado em um hospital-escola público, localizado no município de São Paulo. Esta opção foi intencionalmente assumida considerando o fato da instituição ter em seu quadro um contingente significativo de profissionais compatíveis com os critérios de inclusão da população. Além disso, a limitação a um único local é justificada pela tentativa de minimizar a possível influência da variável cultura institucional peculiar na vivência da mobilidade ocupacional. Nesse contexto, compuseram o estudo os enfermeiros deste hospital que preenchiam na época os seguintes critérios:

- ter exercido o cargo de AT, AE ou TE por, no mínimo, dois anos antes da obtenção do título de enfermeiro;
- estar exercendo o cargo de enfermeiro, pelo menos há um ano na própria instituição
- disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

Instrumento de coleta de dados

Para a obtenção de dados sobre a história de vida, utilizamos o instrumento elaborado por RODRIGUES¹⁶ (adaptado) dirigido aos objetivos desse estudo. Trata-se de um roteiro sistematizado para

entrevista, que inclui dados relacionados aos

ascendentes (avós e pais) e irmãos, enfocando origem, ocupação e nível de escolaridade. Quanto a história do entrevistado, além de alguns dados de identificação (idade, sexo e estado civil), foram questionados sobre sua trajetória escolar e profissional, incluindo-se a renda mensal e atividades de lazer.

Para a classificação socioeconômica, adotamos o instrumento proposto pela Associação Brasileira de Instituto de Pesquisa de Mercado (ABIPEME), utilizado pelo Núcleo de apoio aos estudantes de graduação (NAEG)²⁰ (Anexo), que leva em consideração os indicadores: nível de escolaridade do chefe de família, quantidade de bens de consumo (eletrodomésticos), número de empregados domésticos e banheiros da casa. Estes são pontuados de forma crescente e conforme o escore atingido são classificados em classe socioeconômica: A, B, C ou D.

Tratamento dos dados

Os dados obtidos foram analisados com base em números relativos e absolutos (porcentagem).

RESULTADOS

No quadro de pessoal havia 246 enfermeiros, entre os quais identificamos 29 que haviam exercido uma das funções referidas. Entretanto, 2 não se mostraram disponíveis e um não preenchia um dos critérios. Foram então entrevistados 26 enfermeiros; todavia, dois depoimentos foram desconsiderados devido a problemas técnicos de gravação. Efetivamente, a população foi constituída por 24 enfermeiros que tiveram garantidos os direitos de anonimato.

Caracterização dos enfermeiros quanto ao Sexo, Idade e Estado Civil

Os dados identificam uma população formada, na sua maioria, por mulheres (75%), na faixa etária entre 30 a 45 anos, sendo a maioria solteira. Este estado civil, associado ao número de viúvas ou divorciadas caracterizaria um grupo de mulheres a arcarem, sozinhas, com o sustento de dependentes diretos ou indiretos, justificando a persistência da dupla jornada de trabalho (situação vivenciada pela maioria) com comprometimento da qualidade de vida, tendo sido significativa a referência de limites ao lazer e ao auto-investimento, como cuidar de si própria, da sua saúde, da aparência²².

Conselho Regional de Enfermagem – SP. Correspondência pessoal.

A presença majoritária de mulheres na área de Enfermagem não é um dado novo. Este fato, bastante conhecido e reiterado ao longo dos anos, é confirmado pelo documento divulgado, recentemente, pelo COREN e ABEn - SP, 1996, sobre a força de trabalho em Enfermagem no nosso Estado⁶. Segundo esta publicação, o pessoal de enfermagem do sexo feminino corresponde a 89,2% e o masculino a 10,8%. Quanto à faixa etária, este documento mostra que 55,1% dos enfermeiros do Estado estão na faixa que corresponde a 25 a 35 anos, seguida pela faixa dos 35 aos 45 anos (30,7%). No nosso estudo, portanto, a faixa etária predominante faz parte do segundo maior grupo do Estado, indicando uma população mais madura com perspectivas, inclusive, de aposentadoria.

Caracterização dos Antecedentes Geracionais, quanto à origem e a Ocupação dos Avós e Pais.

O conhecimento dos antecedentes geracionais, entre eles a origem e a ocupação dos avós e pais tem

sua importância à medida que se reconhece o valor do histórico individual e familiar na constituição do *habitus*, ao longo das gerações. Na ótica de BORDIEU³, faz parte da análise das estruturas objetivas a análise da gênese. A história individual, as experiências formadoras da primeira infância, a história coletiva da família e da classe, fazem parte da configuração do *habitus*³. De encontro a esse pressuposto, PASTORE^{14,15} afirma que “os indivíduos se posicionam socialmente e disso decorrem seus estilos de vida de acordo com a ocupação que possuem dentro dela, de acordo com o cargo que ocupam.”

O instrumento utilizado permitiu colher dados sobre o histórico familiar das duas gerações anteriores, priorizando se a origem e a ocupação dos ascendentes. Em relação às ocupações, estas foram classificadas, genericamente, utilizando-se a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵ que agrega ocupações similares em grandes grupos. As tabelas a seguir retratam estas características.

Tabela 1 - Antecedentes geracionais (avô paterno e materno) segundo sua origem. São Paulo, 1996

	Avô			
	Paterno		Materno	
Origem do avô	N	%	N	%
Imigrantes	3	12,5	4	16,7
Naturais do Estado	6	25,0	5	20,8
Brasileiros de outras regiões	11	45,8	8	33,3
Não sabe/ Não refere	4	16,7	7	29,2
Total	24	100,0	24	100,0

Tabela 2 - Ocupação do avô paterno e materno, segundo a CBO. São Paulo, 1996

Ocupação do avô	Avô			
	Paterno		Materno	
Científico, técnico, artístico	1	4,2	1	4,2
Comércio	2	8,3	2	8,3
Turismo, hospedagem, serventia, higiene e beleza segurança	1	4,2	0	0
Agropecuário, florestais e pesca	17	70,8	17	70,8
Não sabe/não refere	3	12,5	4	16,7
Total	24	100,0	24	100,0

Tabela 3 - Antecedentes geracionais; origem dos pais . São Paulo, 1996

Origem	Pais			
	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Migrante	9	37,7	11	45,8
Imigrante	1	4,2	1	4,2
Natural de São Paulo	10	41,7	10	41,7
Não migrou	4	16,7	2	8,3
Total	24	100,0	21	100,0

Tabela 4 - Ocupação dos pais, segundo a CBO. São Paulo, 1996

Ocupação	Pais			
	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Científico, técnico, artístico	2	8,3	1	4,2
Funcionário Público superior, diretor de empresa	1	4,2	0	0
Serviços administrativos	1	4,2	1	4,2
Comércio	5	20,8	1	4,2
Turismo, hospedagem, serventia, higiene e beleza, segurança	0	0	4	16,6
Agropecuário, florestais e pesca	5	20,8	1	4,2
Indústria, condutores de veículos	10	41,7	2	8,3
Do lar	0	0	12	50,0
Não sabe/não refere	0	0	2	8,3
Total	24	100,0	24	100,0

Iniciando a análise dos dados apresentados, relacionados à origem dos avós paterno e materno, constatamos que predominam os brasileiros de outras regiões. Especificamente, a maioria dos avós dos entrevistados era de origem nordestina, seguido pelos mineiros. Os poucos avós imigrantes eram de origem européia; espanhóis, portugueses ou italianos e havia um avô sírio.

Os entrevistados informaram também que tanto o avô paterno quanto o materno permaneceram no local de origem, ou no caso do imigrante, no local de chegada. Pelo que se pode apreender, a maioria permaneceu em zonas rurais, pois conforme mostra a tabela 4, a atividade ocupacional era centrada, basicamente, no setor agrícola, referida pelos entrevistados como da "roça" ou "da lavoura".

A mobilidade territorial aconteceu segundo os entrevistados, predominantemente na geração dos pais, que buscaram melhores condições de vida, trabalho e remuneração na capital. A tabela

3 mostra percentuais elevados de pais migrantes, oriundos dos estados do Nordeste ou de Minas Gerais, ou pais naturais do interior do Estado de São Paulo, que se deslocaram para a capital. Essa geração muito provavelmente na faixa etária economicamente produtiva entre a década de 40 e 50, vivenciaram a expansão do setor industrial nas zonas urbanas, com o surgimento de novas oportunidades de empregos, o que impulsionou os movimentos migratórios, principalmente para a região sudeste¹⁴. O resultado disso pode ser comprovado pela tabela 4 que mostra pais ligados a atividades típicas de áreas urbanas, destacando-se o setor de comércio e da indústria. Constatamos, que metade das mães não trabalhava fora e aquelas que se inseriram no mercado de trabalho (16,7%) estavam realizando atividades dita "femininas" e sem necessidade de escolarização, tais como empregadas domésticas, copeira, costureira, (ocupações agrupadas no Grande Grupo 5 que inclui os trabalhadores da área de serventia).

Ainda com relação à atividade dos pais temos a maioria exercendo ocupações típicas de aglomerados urbanos e industrializados mas ainda, em grande parte, ocupações que não exigem um nível de escolarização mais elevado sendo, portanto, menos valorizadas socialmente. Os dados mostram que 41,7% dos pais eram trabalhadores pertencentes ao grande grupo 7-8-9 da CBO, que inclui os trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas. Condutores de veículos e assemelhados. Exemplificando, foram mencionadas como ocupação: motoristas, marceneiros e operários de fábrica, entre outros a seguir 20,8% foram citados como trabalhadores do comércio e 16,7% em atividades diversas, porém típicas de cidades.

Caracterização da trajetória escolar dos entrevistados: 1° e 2° Grau

Na cultura vigente, o 1° e 2° graus teriam uma função propedêutica, ou seja, instrumentalizar os estudantes na perspectiva do domínio dos códigos do saber que teriam, no 3° grau, a sua terminalidade consolidada pela especificidade da profissionalização. Essa expectativa justificaria o investimento em acessar o nível superior, apesar das dificuldades peculiares a esse segmento social.

Entre a maioria dos entrevistados, além da origem e condições sociais e familiares semelhantes, percebeu-se também similaridades no trajeto educacional percorrido, já sendo possível, portanto, delinear uma trajetória peculiar desse grupo. As tabelas seguintes mostram de forma objetiva, dados relacionados à formação educacional.

Tabela 5 - Trajetória escolar dos enfermeiros. São Paulo, 1996

Trajetória Escolar	Enfermeiros	
	N	%
Normal	10	41.7
Interrompida	14	58.3
No 1° grau	1	
No 2° grau	6	
No 1° e 2° gra	7	
Total	24	100,0

Tabela 6 - Tempo de interrupção nos estudos entre o 1° e 2° grau São Paulo, 1996

Interrupção (anos) entre 1° e 2° Grau	Enfermeiros	
	N	%
2 1-6	4	33.3
6 / - 10	3	25.0
10 / - 14	2	16.7
14 / - 30	1	8.3
Não definiu tempo	2	16.7
Total	12	100,0

Como se vê, mais da metade dos entrevistados teve uma trajetória escolar interrompida, seja no primeiro ou segundo grau ou em ambos. Segundo os entrevistados, a interrupção foi devido a diversos fatores (problemas pessoais e familiares) ,com predominância da necessidade financeira.

O tempo de interrupção nos estudos foi variável, não menor que dois anos conforme mostra a tabela 8. A via de recuperação desse tempo foi através do ensino supletivo, conforme aponta a tabela 9.

Tabela 7 - Retomada da trajetória escolar dos enfermeiros. São Paulo, 1996.

Retomada da trajetória escolar	Enfermeiros	
	N	%
Supletivo 1º grau	0	0.0
Supletivo 2º grau	8	57.1
Supletivo 1º e 2º grau	2	14.3
Curso regular	4	28.6
Total	14	100,0

Observamos através das tabelas 6 e 7, que há indícios significantes das dificuldades enfrentadas pela maioria, na perspectiva de superar diferenças sociais, objetivamente, determinadas a partir das condições de existência não sendo, contudo, intransponíveis. Entretanto, o investimento na superação se fez presente, mais tarde, por vias alternativas, com ênfase nos cursos supletivos.

Outros autores apontaram estas características numa população similar¹². Recentemente, MARRA¹¹ reafirma estes achados no seu estudo com alunos-trabalhadores dos cursos superiores de Enfermagem do município de São Paulo, excetuando-se os de primeira série. A autora constatou que entre a população de seu

estudo, a maioria (95,7%) realizou o primeiro grau de forma regular, entretanto, nas escolas da rede privada que oferecem o curso em tempo parcial, um percentual que variou de 20 a 50% realizou o segundo grau através do supletivo.

Ainda em relação ao segundo grau, parte dos entrevistados fez, nesse nível, algum curso profissionalizante, predominando o curso técnico de enfermagem (5 enfermeiros), 1 fez técnico em contabilidade e outro técnico em secretariado, totalizando 7 enfermeiros. Esses dados confirmam

o caráter propedêutico do 2º grau, inclusive o profissionalizante, levando os profissionais a investir no 3º grau. Nota-se que parece haver entre os indivíduos, que já pertencem a área de Enfermagem, um interesse em buscar o nível superior na mesma área. MARRA¹¹ confirma essa tendência. Nas escolas superiores de Enfermagem, que oferecem o curso em período parcial, nas quais é grande o número de alunos com as características do estudo, o contingente de estudantes que fez o curso técnico de enfermagem é considerável, variando de 20 a 60%. Nas escolas onde a graduação é oferecida em período integral, havia de 20 a 35% de alunos com igual característica.

Outro fator a favorecer a mobilidade ascendente, poderia estar relacionado à inconsistência do papel do técnico de enfermagem na estrutura de trabalho vigente. Nesse contexto, sua função e remuneração, na maioria das instituições, estaria ainda vinculada ao nível do auxiliares de enfermagem, não justificando a permanência nesse grau.

Outro dado peculiar à população, relaciona-se à formação prévia na área, conforme mostrado na tabela 8. Outra especificidade diz respeito ao tempo de experiência na função progressiva, nunca menos de 3 anos, chegando até 18 anos. (Tabela 9)

Tabela 8 - Distribuição dos enfermeiros, segundo os cursos de enfermagem que realizaram. São Paulo, 1996.

Curso	Enfermeiros	
	N	%
Auxiliar de Enfermagem	18	75.0
Técnico de Enfermagem	5	20.8
Atendente de Enfermagem	1	4.2
Total	24	100.0

Tabela 9 - Distribuição dos enfermeiros, segundo o tempo de experiência na categoria anterior. São Paulo, 1996.

Categoria	Tempo de experiência (anos)	Enfermeiros	
		N	%
AE ou TE	3/-6	6	25.0
	6/-9	7	29.1
	9/-12	3	12.5
	12/-15	3	12.5
	15/-18	4	16.7
AI'	9	1	4.2
Total		24	100.0

Esse tempo de experiência, para alguns entrevistados, foi até maior do que o mostrado, se ampliarmos a característica dessa mobilidade, agregando ascensões anteriores, situação essa mencionada por alguns entrevistados. Convém ressaltar que a maioria dos TE, apesar de legalmente habilitados como tal, exerceram a função de AE devido à dificuldade de contratação dessa categoria pelas instituições, conforme o depoimento dos mesmos.

Os dados apresentados mostram, claramente, que os enfermeiros em questão, tiveram uma relevante vivência na área na categoria anterior. Diante disso, pode-se pensar que esse passado profissional possibilitou a formação de uma bagagem,

que foi sendo construída a partir do momento em que iniciaram o primeiro curso e que foi sendo alicerçada ao longo do tempo de experiência. Em outras palavras, foi se formando uma cultura em termos de percepções, de apreciações e de ações, ou seja, teria havido a consolidação de um estilo, de um *habitus* peculiar daqueles que têm o cuidar como objeto de trabalho, ainda que vivenciado em diferentes níveis de formação e de atuação.

Além do que já foi apresentado, outro dado peculiar da trajetória escolar desses indivíduos, é o fato de a maioria cursar o terceiro grau sem abandonar o emprego, conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 10 - Distribuição dos enfermeiros, segundo o trabalho concomitante com a graduação. São Paulo, 1996.

Trabalho concomitante com a	Enfermeiros	
	N	%
Não trabalhou	1	4.2
Um emprego	18	75.0
Dois empregos	5	20.8
Total	24	100.0

Essa situação de trabalho concomitante com a graduação, não é incomum entre a população universitária de menor poder aquisitivo. Se isso não fosse um fato verdadeiro, as instituições escolares, sejam públicas ou privadas, não ofereceriam os cursos noturnos. Sabidamente, estes estão voltados à população que necessita, por uma questão de sobrevivência, trabalhar para o seu auto-sustento e/ou ajudar no sustento da família. Quanto a isso, ANDRADE; SPOSITO¹ afirmam que a expansão do ensino superior, principalmente a expansão interna, sob a forma de cursos noturnos particulares em faculdades isoladas, provocou alterações profundas na clientela dos cursos. Esta passou a ser recrutada dos segmentos desprivilegiados da população, que arca há vários anos, com o ônus do seu próprio sustento, conciliando uma atividade remunerada com a

freqüência aos cursos regulares, quer de primeiro ou segundo grau, incluindo os de nível superior. Cabe salientar que a opção por cursos noturnos mediada por projetos pessoais de formação (inserção em outros cursos, desenvolvimento de atividades de complementação do aprendizado, dentre outros) seria um motivo real, porém não compatível com o grupo em estudo. Pelo contrário, todos aqueles que trabalharam durante a graduação, o fizeram porque não tinham recursos financeiros para, simplesmente, deixar o emprego. Por isso, ao ingressarem numa instituição da rede privada, necessitavam ainda mais do emprego, pois passavam a ter um custo a mais, a mensalidade escolar. A opção pela escola particular foi mencionada justamente, por oferecer a possibilidade de continuar a trabalhar, pois a maioria delas oferece o curso de graduação em

período parcial. Nesse aspecto, elas se assemelham às escolas que oferecem cursos noturnos, apesar de, em geral, o curso de Enfermagem ser realizado no período da manhã ou da tarde, possibilitando a manutenção de um ou até dois empregos nos outros períodos.

Além desse aspecto, vale ressaltar "que quem trabalha, e sobretudo, quem trabalha em níveis mais baixos, dirige-se, preferencialmente, aos cursos menos seletivos^{8,9*}. É o caso da população em estudo. Antes da graduação, pertenciam a uma categoria, hierarquicamente, inferior na estrutura de cargos e funções da Enfermagem, recebendo salários mais baixos e além disso, numa função socialmente menos valorizada, pelas características do trabalho. Ao optarem pela graduação, continuam na área, porém em um nível mais elevado. Um dos motivos para essa escolha, pode ter sido porque sabidamente; o curso de Enfermagem é um curso pouco seletivo, (comparando-se por exemplo, ao curso de Medicina). Obviamente, há outras razões, e estas foram analisadas no trabalho

original²², entretanto, o que foi apontado inicialmente, não pode ser desconsiderado, principalmente levando-se em conta que é uma situação marcadamente limitada à condição de classe social.

Pela necessidade de continuidade de trabalho para garantir a remuneração, a grande maioria da população, em questão, buscou a escola privada. Entre os enfermeiros pesquisados, 21 (87.5%) fizeram o curso de graduação em alguma faculdade particular e apenas 3 (12,5%), em escola da rede pública de Ensino Superior. Vale lembrar, que essa realidade, já foi constatada também por outros autores^{11,12,19}

Finalizando, cabe completar esta etapa de retradução objetiva da trajetória de vida deste grupo acrescentando, agora, um marcador definitivo enquanto expressão dos resultados desse investimento profissional, ou seja, o grupo dos indicadores concretos desta mobilidade, agregando: os vínculos empregatícios, a renda pessoal e familiar, culminando com a flutuação na classificação socioeconômica.

Tabela 11 - Situação profissional atual dos enfermeiros. São Paulo. 1996.

Situação profissional atual	Enfermeiros	
	N	%
Um vínculo	7	29.2
Duplo vínculo	10	41.6
Um vínculo + emprego em outra instituição	7	29.2
Total	24	100.0

Tabela 12 - Renda pessoal dos enfermeiros. São Paulo, 1996.

Renda pessoal (R\$)	Enfermeiros	
	N	%
700/-1000	3	12.5
1000/-1500	7	29.2
1500/-2000	9	37.5
2000/-2500	4	16.7
2500/-3000	1	4.1
Total	24	100.0

Tabela 13 - Renda familiar dos enfermeiros. São Paulo, 1996.

Renda familiar (R\$)	Enfermeiros	
	N	%
700/-1000	2	8.3
1000/-2000	10	41.7
2000/-3000	8	33.3
3000%4000	2	8.3
4000/-5000	1	4.2
5000/-10000	1	4.2
Total	24	100.0

Estes dados evidenciam e, ao mesmo tempo, relativizam o alcance deste empreendimento profissional, à medida que para acessarem um patamar mais elevado, a maioria necessita trabalhar em dois empregos ou manter duplo vínculo empregatício na mesma instituição (tabela 16). Apesar dessa dupla jornada, a renda pessoal permanece na faixa de R\$ 1.000,00 a 2.000,00. Apenas 20,8% dos entrevistados estão numa faixa salarial mais elevada tendo como limite a faixa de R\$ 3000,00 (tabela 17). A renda é melhorada, considerando-se que a maioria convive com outros membros da família que trabalham (esposo(a), irmãos ou pais), elevando assim, a renda familiar (tabela 18). A permanência no mesmo patamar pode estar relacionada aos enfermeiros sem vínculos familiares, não tendo com quem compor renda.

Cabe esclarecer a situação de duplo vínculo empregatício que a maioria dos entrevistados mantinha com a instituição. Esta forma de vinculação permitia aos funcionários trabalharem em jornada dupla e portanto recebendo duplo salário, sendo um vínculo devidamente formal e outro de caráter temporário, não formal, oferecido opcionalmente aos funcionários da casa, para suprir a necessidade de recursos humanos da instituição.

Convém destacar também que esta situação de dupla vinculação é oposta a mostrada pelo COREN-SP⁶, 1996, que aponta apenas 30,5% dos enfermeiros do Estado com dois empregos, contra 70,8% da população do estudo. Essa diferença talvez seja explicada pelo fato dos dados terem sido coletados em um único hospital, sendo este um serviço público, no qual perpetua-se uma política salarial defasada, induzindo o aumento da jornada de trabalho na mesma instituição ou em outra instituição diferente. Outro esclarecimento pertinente é que a faixa salarial entre R\$ 700,00 e 1.000,00 corresponde aproximadamente, ao salário base da instituição, e que este pode ser acrescido de acordo com o tempo de serviço e/ou as gratificações alcançadas. Apesar de ser considerado baixo, a faixa salarial mencionada, corresponde ao salário da maioria dos enfermeiros do Estado^{8'17}.

Estes dados retratam uma categoria socioprofissional em situação de privação, com necessidade de dupla jornada de trabalho, com, sem ou apesar da mobilidade ocupacional. Essa condição relativiza a repercussão da mobilidade profissional nas condições de vida desse grupo à medida que as mudanças, considerando-se os indicadores de bens de consumo, quando ocorreram, teriam decorrido mais do aumento da jornada de trabalho do que do valor da remuneração profissional, agora, como enfermeiros.

Um outro indicador do padrão de vida e de mobilidade social, diz respeito às atividades de lazer. Segundo alguns entrevistados, antes e durante a graduação, era escasso o tempo e o recurso financeiro em decorrência de condições relacionadas aos salários mais baixos das categorias a qual pertenciam, da manutenção de um ou mais empregos concomitantes à graduação e da obrigatoriedade de pagar uma faculdade - situações altamente limitantes para desfrutarem algum tipo de lazer. A situação atual, para a maioria dos entrevistados, parece ter melhorado, mas em pequena proporção, continuando bastante restrita no que se refere ao lazer e ao investimento em si mesmo. O pouco tempo disponível é dedicado ao descanso ou a tarefas domésticas e filhos, expressando uma atividade vinculada aos afazeres da vida diária. Esse estilo de vida sugere uma bagagem sociocultural ainda precária, apesar da mobilidade ocupacional. Essa situação relativiza ainda mais a mobilidade social decorrente da elevação profissional expressa nos dados referidos a seguir.

Caracterização do perfil socioeconômico anterior e posterior à graduação

O padrão da mobilidade social dos entrevistados foi apreendido, em sua expressão objetiva, através do instrumento proposto pela ABIPEME, discutido anteriormente, configurando três situações distintas, referidas a seguir.

Tabela 14 - Distribuição dos enfermeiros, segundo sua classificação socioeconômica anterior e posterior à graduação. São Paulo, 1996.

Classificação socioeconômica	Depois da graduação				total
	B	C	D	E	
Antes da graduação					
B	4	0	0	0	4
C	2	4	1	0	7
D	3	3	2	0	8
E	0	5	0	0	5
Total	9	12	3	0	24

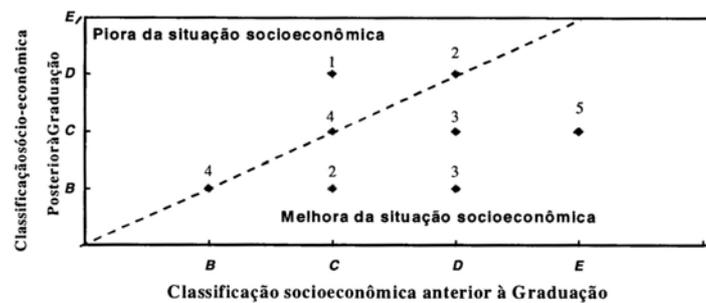


Figura 1 - Distribuição dos enfermeiros, segundo sua classificação socioeconômica anterior e posterior à graduação. São Paulo, 1996.

Objetivamente, os dados mostrados revelam que a maioria, 13 entrevistados (54,2%), ascendeu um ou dois degraus na escala social, considerando os indicadores utilizados como parâmetro, 10 (41,6%) deles permaneceram no mesmo nível e apenas um (4,2%) piorou sua situação, descendo um grau na escala social utilizada no estudo.

Analisando este movimento, identificamos uma flutuação que, quando positiva, ocorreu mais nos níveis de **D** e **E** para o **C** e **B**, perpetuando um padrão socioeconômico ainda limítrofe e ainda decorrente de um investimento laborativo de, no mínimo, 12 horas de trabalho. Salienta-se ainda, o expressivo contingente sem mobilidade e até mesmo com piora nas condições de vida e de trabalho. Estes dados conformariam uma mobilidade ocupacional obtida com grande investimento pessoal e familiar, numa trajetória truncada, com repercussões diretas na qualidade de vida desses profissionais e, primordialmente, com pouca repercussão enquanto mobilizadora de conquistas sociais. Assim, apesar do investimento geracional, o avanço é limitado para a atual geração que, objetivamente, pouco lucrou com a graduação, tanto no que se refere ao acesso a bens de consumo mais elaborados quanto na possibilidade de efetivamente, promover alterações no próprio *habitus*.

À luz do referencial teórico, estes dados confirmam a visão crítica de BORDIEU; PASSERON⁴ quanto à finalidade e ao poder da educação enquanto instrumento de mobilização e de equalização, ratificando seu poder perpetuador dos limites de classe que se manteriam inclusive, pelos avanços permitidos mais para atenuar do que para superar barreiras.

CONCLUSÃO

A análise dos dados mostra que:

- A maioria da população deste estudo foi formada por mulheres (75%) na faixa etária de 30 a 45 anos (77,8%) e solteiras (42,7%).

- Em relação aos antecedentes geracionais: os avós dos entrevistados eram predominantemente, nordestinos e mineiros (45,8%), moradores de áreas rurais, exercendo atividades ligadas à agricultura (70,8%) e pais predominantemente, oriundos do interior do Estado de São Paulo (41,7%) ou migrantes (37,4%), moradores de áreas urbanas, exercendo ocupações típicas de cidades industrializadas, tais como operários de indústrias (41,7%) ou pequenos comerciantes (20,8%) que não exigem elevado grau de escolarização.

- A maioria dos entrevistados pertencia a famílias numerosas, com mais de quatro irmãos (70,8%), sendo que na geração dos sujeitos, comparando-a com as anteriores, houve uma elevação do nível de escolaridade de seus membros, incluindo-se os irmãos com 2º grau completo até o 3º grau (40,6%) e, que exerciam ocupações típicas de áreas urbanas e mais valorizadas socialmente.

- Em relação à trajetória escolar: por conta das dificuldades financeiras, estes indivíduos realizaram o primeiro grau com certa dificuldade, e que foi agravada na vigência do segundo grau, sendo que 58,3% interromperam seus estudos em algum momento entre estes ciclos. O tempo de interrupção foi relativamente prolongado, sendo que para 75% dos entrevistados, este período foi de 2 a 14 anos. Recuperaram parte do tempo através do ensino supletivo, principalmente, de 2º grau (57,1%) e, ingressaram no curso superior sem fazer o "cursinho" (41,7%) com uma idade mais tardia (predominando a faixa etária de 27 a 37 anos com 54,2%), principalmente, nas instituições da rede particular (87,5%). A escolha pela faculdade particular foi devido a possibilidade de conciliar o estudo e o trabalho. A metade dos entrevistados não continuou seus estudos, dando um caráter de terminalidade à educação formal ao concluírem a graduação.

- Em relação à trajetória profissional: a grande maioria ingressou no mercado de trabalho antes de atingir a maioridade (62,5%) exercendo atividades diversas. Neste percurso, realizaram algum curso intermediário na área de enfermagem sendo que a

grande maioria, antes e durante o curso de graduação, exerceu o cargo de auxiliar de enfermagem (75%), por um tempo prolongado (de 3 à 12 anos correspondeu à 66,6% do total), e concomitantemente mantiveram pelo menos um emprego na função (75%).

- Em relação à situação profissional após a graduação, a maioria mantinha dois vínculos empregatícios (70,8%) quer na própria instituição ou em outro hospital. Nesta situação, a renda pessoal de 66,7% dos enfermeiros, variou de R\$ 1.000,00 à 2.000,00.

- Em relação à classificação socioeconômica efetivamente 54,2% dos entrevistados ascendeu um ou dois degraus na escala social. Destes, ascenderam da classe **E** para **C** 38,5%, da **D** para **C** 23,0%, da **D** para **B** mais 23% e da **C** para **B** 15,5%. Mantiveram-se na mesma escala social após a graduação 41,6% e um enfermeiro piorou sua situação socioeconômica (4,2%).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, C. L. de ; SPOSITO, M. P. **O** aluno do curso superior noturno - um estudo de caso. **Cad. Pesq.**, v. 57, p. 3-18, 1986.
- BOURDIEU, P. Textos de Pierre Bourdieu. In : ORTIZ, R. **A procura de uma sociologia da prática**. São Paulo, Ática, 1983. p.60-81.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**. 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Emprego e Salário. SINE - Sistema Nacional de Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**. Brasília, 1982.
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM-SEÇÃO SÃO PAULO, **A força de trabalho em enfermagem no Estado de São Paulo**. São Paulo. 1996.
- COSTA, M.L.S. **O estudante-trabalhador de enfermagem: desvelando esta nova realidade**. São Paulo, 1992. 77 p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
- GOMES, C.A.C. A primeira ocupação: seus determinantes e impacto sobre a carreira. **Forum Educ.**, v. 9, n. 2, p. 41-60, 1985.
- GOMES, C.A.C. Curso superior e mobilidade social: vale a pena? **Educ. Bras.**, v. 10, n. 20, p. 63-83, 1988.
- LAKATOS, E.M. **Introdução à sociologia**. São Paulo, Atlas, 1997. cap. 9, p. 147-63: Mobilidade social.
- MARRA, C.C. **Condições de estudo do aluno/trabalhador durante a formação acadêmica em Enfermagem**. São Paulo, 1996. 175 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina.
- NAKAMAE, .D.; COSTA, M.L.A.S. Semelhanças e diferenças do perfil de estudantes em escolas de enfermagem oficiais e particulares da região da Grande São Paulo. **Rev. Paul. Enf.**, v. 12, n. 2, p. 72-7, 1993.
- NAKAMAE, D.D. et al. Caracterização socioeconômica e educacional do estudante de enfermagem nas escolas de Minas Gerais. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 31, n. 1, p. 109-18, 1997.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo, T.A. Queirós/EDUSP, 1979.
- PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. v.2, p. 31-6.
- RODRIGUES, A. M. **Instruções para entrevista - discurso livre**. São Paulo, s.d. /Mimeografado/
- SARDENBERG, I.; PASTORE,K. Navegando num mar de profissões. **Veja**, n. 49, 1997.
- SILVA, L.B.C. de. Contribuição para uma teoria psicossocial da escolha da profissão. In: BOCK, A.B. et al. **A escolha profissional em questão**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1995. cap. 2, p. 25-44.
- TAVARES, M.S.G. et al. O perfil do aluno ingressante nos cursos superiores de Enfermagem do Estado de São Paulo - 1993. **Rev. Paul. Enf.**, v. 14, n. 2/3, p. 55-65, 1995.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de apoio aos Estudos de Graduação (NAEG). **Ingressantes -1991**. (Projeto Tempo Zero - Segunda fase). São Paulo, 1991. Caderno 2 - Área de Ciências Biológicas. São Paulo, 1991.
- ZANEI, S.S.V. Mobilidade sócio-profissional na enfermagem: aspectos de uma realidade em reconhecimento. **Acta Paul.Enf.**, v. 8, n. 4, p. 19-27, 1995.
- ZANEI, S.S.V. **Mobilidade ocupacional: as representações deste processo na Enfermagem**. São Paulo, 1998.122p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.